



COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA

Ata da 2ª Reunião Ordinária 2026 do Comitê do Fundo de Transição

Data: 11 de agosto de 2026	Local: Reunião híbrida, com participação presencial em Brasília, no Grand Mercure, e remota, via Microsoft Teams.
Horário: 09:00 às 16:00 horas	
Participantes com direito a voto: Representantes dos Membros Doadores Institucionais: 5 participantes; Representantes dos Membros Doadores Corporativos: 0 participantes; Representante do Membro Doador Indivíduo: 1 participante; Representantes dos Membros do Governo Brasileiro: 1 participante. Lista de Participantes: José Alentejano (Presidente do CFT); Carola Griebenow (KfW); Jon Tua (WWF-US); Adriana Moreira (GEF); Francisco Oliveira (Moore); Avecita Chicchón (Moore); Gabriela Weber (Natura); Rita Mesquita (Sbio/MMA); Mariana Napolitano (WWF-BR); Larissa Godoy (DAP/MMA); Ana Livia Kasseboehmer (DAP/MMA); Carina Pimenta (SBC/MMA); Marcelo Andrade (SBC/MMA); Vanderlei Costa (SBS/MMA); Luiz Felipe Souza (ICMBio); Carlos Eduardo Ferreira (DIMAN/ICMBio); Carolina Henriques (DIMAN/ICMBio); Rosa Lemos (Secretária Geral/FUNBIO); Manoel Serrão (Superintendente de Programas/FUNBIO); Rodolfo Marçal (Gerente de Projeto/FUNBIO); Marina Garcia (Gerente de Projetos/FUNBIO); Fábio Ribeiro (Gerente de Projetos/FUNBIO); Bruno Lopes (Analista de Projetos/FUNBIO); Fernanda Estrella (Analista de Projetos/FUNBIO); Maiara Souza (Assistente de Projetos/FUNBIO); Eduarda Daldegan (Assistente de Projetos/FUNBIO); Aylton Coelho (Superintendente de Finanças/FUNBIO); Marilene Viero (Gerente de Controle Financeiro/FUNBIO); Thales Carmo (KfW); Greta Klupelholz (KfW); Erika Guimaraes (WWF-BR).	

Sumário

I.	Apresentações, agenda do dia, revisão e atualização de encaminhamentos e deliberações da última reunião	2
II.	Governança do Programa - Atualização.....	3
III.	Execução e Performance do Programa ARPA	3

IV.	Apresentação dos Gestores do FT: Local e Off-shore	4
V.	Apresentações: RAPPAM e Modelo de Custos ARPA	4
VI.	SAMGEPlan: planejamento financeiro e contrapartidas das UCs Federais	5
VII.	Revisão do Plano de Consolidação das UCs ARPA	6
VIII.	ARPA Comunidades – Reporte de Avanços	8
IX.	ASL 4 – Paisagens Sustentáveis da Amazônia: apresentação e informes	10
X.	Assuntos Gerais e Encerramento	10
XI.	Deliberações.....	10
XII.	Encaminhamentos	11
XIII.	ASSINATURAS.....	12

I. Apresentações, agenda do dia, revisão e atualização de encaminhamentos e deliberações da última reunião

O Presidente do CFT, José Alentejano, deu início à reunião, dando as boas-vindas aos participantes e solicitando a apresentação dos representantes. Após as apresentações, foram iniciados os trabalhos previstos para a reunião.

Rodolfo, do FUNBIO, conduziu a revisão das principais deliberações das últimas reuniões do CFT, destacando a aprovação de até R\$ 350 mil para atualização do estudo de efetividade (RAPPAM) e R\$ 220 mil para revisão do modelo de custos financeiros, ambos com contratações em andamento e resultados previstos para dezembro. Também foram atualizados os encaminhamentos relativos à inclusão do módulo de Comunidades no Manual Operacional, ao pacote de entrada do ARPA Comunidades, cuja implementação já está em curso, e à retomada do GT de Sustentabilidade Financeira, com discussão sobre estratégias para a continuidade das ações do Programa.

Encaminhamento 1. O FUNBIO deverá apresentar o cronograma de trabalho para os ajustes do Manual Operacional do Programa (MOP), considerando as contribuições do CFT e do MMA.

Encaminhamento 2. O Componente ARPA Comunidades deverá dar continuidade às contratações e à execução das ações previstas no pacote de entrada, com apresentação do status de implementação ao CFT na próxima reunião, prevista para dezembro.

Encaminhamento 3. O GT de Sustentabilidade Financeira, composto por FUNBIO, MMA e ICMBio, deverá apresentar proposta de estratégia e próximos passos para sua operacionalização na próxima reunião do CFT.

II. Governança do Programa - Atualização

Rita Mesquita apresentou a estrutura dos colegiados da nova fase do Programa, composta por dois Conselhos deliberativos, relacionados aos componentes ARPA Criação e Gestão de UCs e ARPA Comunidades, e pelo Comitê do Programa, de caráter consultivo, com função de articulação e integração entre os dois colegiados deliberativos. Foi também destacada a importância de um painel de aconselhamento para apoiar a implementação do Programa, reunindo contribuições técnicas e diferentes perspectivas para o aprimoramento das ações e da integração entre os gestores.

Foram apresentadas as composições dos três colegiados, com participação de representantes do MMA, ICMBio, Fórum do SNUC (representantes de órgãos estaduais de meio ambiente), doadores e organizações da sociedade civil. Foi informado que os três colegiados já se encontram instalados, após processo de consulta e articulação com as instituições participantes, tendo sido ressaltada a representatividade da composição alcançada.

Ao final, foi destacado que a instalação dos colegiados constitui um marco para o início da nova estrutura de governança do Programa, com reconhecimento às instituições e equipes envolvidas no processo.

Encaminhamento 4. Deverá ser concluída a definição da representação suplente dos doadores pendente no âmbito Comitê do Programa.

III. Execução e Performance do Programa ARPA

Marina, do FUNBIO, apresentou a evolução da execução financeira do Programa ARPA, com destaque para o primeiro semestre de 2026, que registrou aproximadamente R\$ 35 milhões executados, superando os R\$ 29 milhões registrados no mesmo período de 2024. O desempenho foi associado às melhorias operacionais implementadas pelo FUNBIO, incluindo a automatização de solicitações de recarga e manutenção de cartões e o avanço das solicitações de bens processadas em lotes.

Na perspectiva histórica, foi destacada a retomada da execução a partir de 2022, após a redução observada em 2021, alcançando aproximadamente R\$ 55 milhões em 2024, maior execução anual registrada pelo Programa. Para o biênio em curso, foi registrado, até o momento da apresentação, percentual de aproximadamente 30% dos recursos disponibilizados para planejamento já solicitados.

Aylton Coelho, do FUNBIO, apresentou a posição das carteiras de investimentos do Programa ARPA, com data-base de 31/07/2026, destacando patrimônio consolidado de aproximadamente R\$ 674,8

milhões (US\$ 132,9 milhões), sendo R\$ 172,0 milhões na carteira local e US\$ 99,0 milhões na carteira offshore, e R\$ 8 milhões na conta operativa. A alocação dos recursos contempla caixa e curto prazo, renda fixa, multimercados e renda variável, buscando equilibrar liquidez, retorno e proteção patrimonial e cambial. Aylton destacou a realização de reuniões mensais com os gestores e avaliou positivamente o desempenho das carteiras, ressaltando a manutenção de uma estratégia de longo prazo diante dos cenários de volatilidade cambial e geopolítica.

Em relação ao ARPA Comunidades, aproximadamente US\$ 49,9 milhões (R\$ 253,5 milhões), estão integralmente alocados na carteira offshore administrada pela Julius Baer. A carteira estava distribuída entre caixa e curto prazo (66%), renda fixa (12%) e renda variável (22%). Também foi apresentada a posição dos contratos internacionais do Fundo, que totalizam aproximadamente US\$ 74,7 milhões, sendo US\$ 49,6 milhões do WWF-USA e US\$ 25,1 milhões do KfW.

IV. Apresentação dos Gestores do FT: Local e Off-shore

Gian-Reto Cavelti e Silvia Wegman apresentaram o desempenho da carteira offshore e a estratégia de investimentos sustentáveis. Em 2025, a carteira apresentou desempenho inferior aos principais benchmarks globais, influenciado pela forte valorização de setores como tecnologia, defesa e segurança, sujeitos às restrições da estratégia ESG, além dos efeitos do cenário de juros elevados e das incertezas regulatórias sobre setores relacionados à transição energética. Foram apresentados os critérios ESG de elegibilidade e exclusão utilizados na seleção dos ativos e as perspectivas para 2026, com destaque para oportunidades associadas à transição e adaptação climática, energias renováveis, infraestrutura e eficiência energética.

Diego, Felipe e Davi, da Pragma apresentaram os resultados até julho de 2026 e a estratégia de longo prazo da carteira local, baseada na diversificação entre renda fixa, multimercados e renda variável, no Brasil e no exterior. No período, a carteira registrou retorno de 5,1%, frente a 3,4% de inflação e 6,2% de benchmark, com o desempenho abaixo do benchmark atribuído principalmente à parcela de renda fixa pré fixada. No acumulado até junho de 2026, a carteira registrava 182% de retorno, frente a 75% de inflação e 170% do CDI, equivalente a retorno real médio de aproximadamente 4,6% ao ano. A equipe da Pragma reforçou a importância da diversificação e da manutenção da estratégia estrutural de longo prazo, evitando alterações de alocação motivadas exclusivamente pelo cenário conjuntural de juros.

V. Apresentações: RAPPAM e Modelo de Custos ARPA

Marina apresentou os temas RAPPAM e Modelo de Custos, retomando as deliberações da última reunião do CFT.

Em relação ao RAPPAM, informou que foi aprovado o limite de R\$ 350 mil para a realização da avaliação e que a proposta apresentada pelo Instituto Ekos Brasil, responsável pela avaliação de

2022, encontra-se dentro do valor aprovado. Destacou que a nova avaliação terá escopo ampliado, contemplando, além das UCs federais, as Unidades de Conservação estaduais.

Foi ressaltada a necessidade de articulação institucional para a condução do trabalho, com apoio técnico do WWF à consultoria e participação do MMA, do ICMBio e dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente na construção e validação dos produtos. O FUNBIO também se colocou à disposição para contribuir tecnicamente, considerando o histórico de execução das avaliações anteriores.

Na sequência, Marina tratou da revisão do Modelo de Custos e do Modelo Financeiro, para a qual foi aprovado limite de até R\$ 220 mil para contratação de consultoria especializada, com execução prevista para 2027. Informou, ainda, a proposta do ICMBio de atualização do caderno “Quanto Custa uma UC?”.

Encaminhamento 6. A contratação do Instituto Ekos Brasil deverá prosseguir, com apoio técnico do WWF e participação do MMA e do ICMBio na construção e validação dos produtos da avaliação.

Encaminhamento 7. O FUNBIO deverá conduzir a revisão do Modelo de Custos e do Modelo Financeiro, com apoio de consultoria especializada, incorporando a atualização do caderno “Quanto Custa uma UC?” como produto da contratação.

VI. SAMGEPlan: planejamento financeiro e contrapartidas das UCs Federais

Mariusz (ICMBio) e Luiz Felipe (ICMBio), apresentaram o SAMGePlan, destacando sua evolução de ferramenta de diagnóstico para instrumento integrado de planejamento, monitoramento e apoio à tomada de decisão no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Informou que o ciclo de aplicação 2025–2026 foi concluído, abrangendo aproximadamente 900 UCs federais, estaduais e municipais, consolidando uma base nacional de informações sobre gestão, conservação e desafios territoriais.

A apresentação evidenciou a capacidade do SAMGe de integrar diagnósticos, planejamento, recortes territoriais e informações sobre fontes, valores e aplicação de recursos, permitindo análises comparativas entre UCs, territórios e biomas e subsidiando decisões das UCs. Destacou-se, ainda, seu potencial para ampliar a transparência, rastreabilidade e integração do planejamento, permitindo utilizar diferentes fontes de financiamento de forma complementar e qualificando a análise da relação entre recursos aplicados, ações implementadas e resultados de conservação. Foram apresentados dados de planejamento e execução, com destaque para a alocação de recursos por eixo temático (proteção, uso público, manejo do fogo, etc.) de forma complementar entre ARPA e o Fundo de Compensação Ambiental (FCA), e detalhamento dos insumos financiados. Nesse contexto, foram apresentadas oportunidades de mobilização e integração de recursos, incluindo uma chamada de aproximadamente R\$ 290 milhões para 213 projetos, dos quais quase 100 na

Amazônia, e a previsão de R\$ 400 milhões para investimentos em infraestrutura nas UCs da Amazônia.

Adriana Moreira parabenizou a equipe e destacou a relevância do SAMGe para o fortalecimento do planejamento e da gestão baseada em evidências nas UCs. Rita Mesquita ressaltou a necessidade de aprimoramento contínuo da ferramenta, sua integração com outras iniciativas de monitoramento e seu uso pelos estados, destacando o potencial de fortalecimento do SNUC. Também apontou a importância de incorporar ao planejamento aspectos relacionados às espécies ameaçadas, à vulnerabilidade das comunidades e à emergência climática, além de considerar as especificidades locais na interpretação dos resultados.

Manoel destacou, no contexto do início do apoio às Comunidades, a oportunidade de estruturar uma estratégia de monitoramento que integre dados socioeconômicos, contemplando a determinação de uma linha de base para avaliar os avanços e qualificar a comunicação com diferentes setores da sociedade e atores políticos. Ressaltou a importância do monitoramento para o apoio da cooperação internacional, para dar visibilidade à relevância da conservação da Amazônia e para a estratégia de saída do Programa.

Luiz Felipe chamou atenção para as diferenças entre a avaliação nacional das espécies ameaçadas e a realidade de cada UC, reforçando a necessidade de monitoramento e manejo em escala local. Apontou o SAMGe como instrumento capaz de conectar diagnóstico, identificação de ameaças e definição de medidas de gestão, inclusive para situações que demandem regulamentação de usos.

VII. Revisão do Plano de Consolidação das UCs ARPA

Bruno apresentou a proposta de revisão do cronograma de consolidação das UCs do Programa ARPA, elaborada a partir de diagnóstico individualizado e de consultas aos órgãos gestores. Das 63 UCs ainda não consolidadas, 26 têm previsão de consolidação em 2026–2027 e 37 no período de 2028–2032. Foram identificadas 17 UCs que demandam avaliação quanto ao desligamento de marcos referenciais, em razão de particularidades e entraves que, em alguns casos, extrapolam a governabilidade do programa ARPA e dos órgãos gestores.

A análise considerou o histórico de consolidação do Programa e fatores como limitações de equipes, questões fundiárias, sobreposições territoriais, entraves institucionais e condições de segurança. Foram apresentados três cenários preliminares de impacto sobre o Fundo de Transição decorrentes da extensão do cronograma, considerando o período de 2028-2039: R\$ 7,3 milhões, sem considerar revisão dos planos de manejo; R\$ 14,3 milhões, considerando a revisão de plano de manejo para as UCs de uso sustentável vinculadas ao ARPA Comunidades; e R\$ 20,6 milhões, considerando a revisão dos planos de manejo das 120 UCs.

Marina apresentou a análise do impacto financeiro da revisão do cronograma de consolidação sobre o Fundo de Transição, tomando como referência o modelo de desembolso aprovado pelo CFT em 2024. A atualização incorporou os dados de contrapartida até 2025, os desembolsos aprovados para 2026–2027, os desligamentos de marcos referenciais propostos pelos órgãos gestores e o novo horizonte de consolidação até 2032.

A análise também revisou a premissa relativa aos planos de manejo, uma vez que o modelo anterior havia considerado o desligamento desse marco para 76 UCs. Com a reincorporação do custo de revisão dos planos de manejo para todas as UCs e a atualização das premissas, o desembolso projetado passou de R\$ 628 milhões para R\$ 650 milhões. Consideradas essas premissas, o novo cronograma representa um impacto adicional estimado em R\$ 21,85 milhões no fluxo de desembolso de 2026 a 2039.

Marina ressaltou, contudo, que o impacto poderá variar de acordo com o número de UCs que efetivamente necessitarão de revisão dos planos de manejo. Assim, antes da definição do fluxo final, será necessário consolidar as premissas técnicas e financeiras e submeter o resultado aos gestores das carteiras (nacional e internacional) para avaliação da capacidade de suporte do Fundo de Transição.

O CFT destacou a necessidade de aprofundar a análise realizada para construção do novo cronograma de consolidação, considerando a sustentabilidade de longo prazo do Programa, antes da definição dos ajustes no cronograma. Ressaltou-se, ainda, a importância de incorporar à análise o tempo de permanência das UCs no ARPA, aquelas que apresentam maior período sem avanço (5 anos ou mais), as que registraram retrocessos no processo de consolidação, o cruzamento de informações de reporte apresentadas na FAUC e no sistema SAMGe, bem como a relação entre os custos previstos no modelo para Fundo de Transição e o que foi efetivamente executado pelas UCs. Como próximos passos, foi indicada a revisão do modelo de custos e financeiro e a compatibilização das prioridades de revisão dos planos de manejo com o ARPA Comunidades.

Encaminhamento 8. O MMA, com apoio do FUNBIO, deverá revisar o Plano de Consolidação e apresentar proposta de novo cronograma, contemplando: (i) revisão dos critérios de consolidação; (ii) reavaliação dos marcos referenciais e dos casos passíveis de desligamento; (iii) análise individualizada das UCs, considerando tempo de permanência no Programa, estagnação, retrocessos e execução dos recursos; (iv) cruzamento de informações de reporte apresentadas na FAUC e no sistema SAMGe (v) definição das UCs, prazos e condições para consolidação; e (vi) compatibilização das necessidades de revisão dos planos de manejo com o ARPA Comunidades, (vii) relação entre os custos previstos no modelo para Fundo de Transição e o que foi efetivamente executado pelas UCs. Após a definição do novo cronograma, o FUNBIO deverá rodar o modelo financeiro e gerar o fluxo de desembolso para submissão aos gestores das carteiras para avaliação da capacidade de suporte do Fundo de Transição.

VIII. ARPA Comunidades – Reporte de Avanços

Fábio Ribeiro compartilhou os avanços realizados no âmbito da implementação do componente ARPA Comunidades, incluindo entregas realizadas, desenvolvimento de instrumentos técnicos, parcerias estratégicas e cronograma de ações para o segundo semestre de 2026.

Está em elaboração um plano operativo para implementação do Pacote de Entrada, cujo recurso foi aprovado na última reunião do CFT. Será elaborado o Termo de Referência para fazer a contratação da assessoria técnica para realização do piloto do Plano de Vida. O contrato para implementação da conectividade, em parceria com o Instituto Conexão Povos da Floresta (ICPF), está prestes a ser assinado.

Foi realizada uma oficina de operacionalização do projeto em 25/06/2026, na qual 25 pessoas integrantes de equipes de vários projetos do FUNBIO se reuniram para ajudar a pensar a operacionalização do ARPA Comunidades. Os resultados da oficina foram sistematizados e serão compartilhados em breve, após a realização de alinhamentos internos no FUNBIO.

Os principais instrumentos técnicos do componente são o Plano de Vida, que dará suporte à implementação do subcomponente 1 – Fortalecimento das Organizações Comunitárias, e a Trilha da Produção Comunitária, que apoiará o subcomponente 2 – Promoção da Sociobioeconomia. As metodologias de ambos já estão desenvolvidas e encontram-se em fase de teste e detalhamento. O Plano de Vida será testado por meio de contratação com recursos do pacote de entrada, enquanto a Trilha da Produção Comunitária será objeto de teste em uma consultoria prevista com recursos de preparação financiados pelo KfW. Essa etapa de testes também permitirá o aprimoramento das metodologias e a transferência de conhecimento para a equipe do FUNBIO, visando sua aplicação no Programa.

Também foi realizada a reunião de instalação do Conselho ARPA Comunidades (CAC). A próxima reunião está programada para o mês de setembro, quando será submetido à aprovação o Regimento Interno do Conselho. O FUNBIO vem trabalhando na minuta de Regimento Interno do Conselho e o materiais de apoio para o Planejamento 27/28.

A primeira reunião do Comitê do Programa ARPA após a inclusão do componente ARPA Comunidades ocorreu no dia 07/08/2026, quando foram validados os nomes de representantes indicados para o CAC.

Foi elaborada pelo Funbio uma proposta de fórmula para cálculo das Condições de Desembolso, que será validada com o MMA e encaminhada para aprovação do CFT.

Foram recebidas sugestões de ajustes para o Manual Operacional do Programa, que serão compatibilizadas com os contratos já assinados. Também estão em andamento a elaboração da Matriz de Riscos. O Manual Operacional do Dia a Dia do projeto está previsto para ser concluído até dezembro.

FUNBIO e Instituto Conexão Povos da Floresta, com apoio do CNS, vêm realizando reuniões semanais com vistas a assinarem até agosto o contrato para instalação de conexão de internet nas comunidades. Também foi formado um grupo de trabalho de comunicação, com participação de representantes do governo, do ICPF, WWF e FUNBIO, responsável por coordenar a comunicação sobre a entrada da parceria ARPA Comunidades e Rede Conexão Povos da Floresta nas comunidades que receberão instalações ainda em 2026. Após a assinatura do contrato, estão previstas 300 instalações em todas as comunidades de quatro Unidades de Conservação priorizadas para receber os primeiros investimentos do ARPA Comunidades, além da implementação de 60 pontos de conectividade uma em cada UCs, de modo a subsidiar o trabalho de levantamento de dados de linha de base para o componente ARPA Comunidades. O plano de trabalho prevê até junho do próximo ano.

Funbio, IPAM e ICMBio vêm trabalhando para o desenvolvimento de um protocolo e uma plataforma de monitoramento de indicadores comunitários. Além disso, está em articulação a elaboração dos acordos de cooperação do FUNBIO com o MMA, ICMBio e órgãos gestores estaduais envolvidos no componente. Todo este processo deverá ser concluído até a reunião do CFT em dezembro.

Paralelamente, a consultoria de levantamento das regulamentações já possui plano de trabalho aprovado e deverá ser concluída até o final de setembro, resultando em um banco de dados para subsidiar a definição das atividades a serem apoiadas nas comunidades. A consultoria de salvaguardas, apoiada pelo KfW, está em processo de contratação e deve desenvolver até 30 de novembro os instrumentos de monitoramento de salvaguardas.

Por fim, a consultoria para levantamento de dados de linha de base do componente, também apoiada pelo KfW, vai aprofundar o conhecimento sobre as comunidades e organizações socioprodutivas presentes nas 60 UCs, incluindo a avaliação de maturidade das organizações socioprodutivas. Este trabalho será mais longo e deve ser finalizado em meados de 2027.

Rodolfo Marçal complementou informando sobre o aumento da equipe dedicada ao ARPA Comunidades no FUNBIO, com a chegada de uma analista de projetos no dia 20/07, e previsão de mais uma pessoa até o fim do ano.

Rita Mesquita ressaltou a importância de discutir melhor os pontos sinalizados para revisão no MOP e sugeriu que seja estabelecido um cronograma que informe como está o avanço das discussões para que as equipes das secretarias do MMA possam acompanhar e contribuir.

Carina Pimenta disse que há um empenho enorme das três secretarias do MMA, FUNBIO e WWF para colocar em campo as ações do ARPA Comunidades, com avanços paulatinos, e que já há uma proposta de cronograma que será compartilhado. Reforçou também que as primeiras ações do componente serão realizadas em breve, com instalação de 300 pontos de conectividade, que serão importantes para testar o funcionamento e dar agilidade às próximas ações.

Avecita Chicchón solicitou que, visando o início da operação efetiva do ARPA Comunidades em janeiro de 2027, o orçamento fosse enviado o quanto antes para análise do CFT.

José Alentejano solicitou que seja elaborado um cronograma para que o orçamento de 2027/2028 do ARPA Comunidades seja enviado ao CFT um mês antes da reunião do CFT em dezembro.

Encaminhamento 9: FUNBIO deve elaborar um cronograma de revisão do MOP para compartilhamento com as secretarias do MMA envolvidas na implementação do Componente ARPA Comunidades.

Encaminhamento 10: FUNBIO deve elaborar um cronograma para que o orçamento do planejamento 2027/2028 seja encaminhado para análise do CFT com um mês de antecedência à reunião que será realizada em 08/12/2026.

IX. ASL 4 – Paisagens Sustentáveis da Amazônia: apresentação e informes

Carlos Eduardo Marinello, Sbio/MMA, apresentou a proposta de continuidade da cooperação regional no âmbito do ASL, destacando a perspectiva de consolidar os resultados dos 10 anos de atuação da iniciativa e avançar de esforços isolados entre os países para uma atuação com maior integração, sinergia e coordenação de esforços de conservação. Ressaltou que a iniciativa deverá funcionar como uma plataforma de articulação regional, preservando a autonomia de cada país para definir suas prioridades e implementar as ações em seus respectivos territórios.

Na discussão, foram destacadas as sensibilidades relacionadas à soberania nacional e ao contexto político-diplomático regional.

Adriana Moreira falou sobre a importância de uma abordagem cuidadosa na condução da iniciativa, especialmente quanto à articulação com o MMA e o Itamaraty, considerando os antecedentes e as sensibilidades relacionadas à cooperação regional na Amazônia. Ressaltou que o ASL deve ser caracterizado como uma plataforma de integração e articulação de esforços, preservando a autonomia de cada país para definir suas prioridades e implementar ações em seu território. Por fim, sugeriu considerar o contexto político e diplomático regional na estruturação da proposta, especialmente diante de eventuais iniciativas futuras de integração entre os países.

X. Assuntos Gerais e Encerramento

XI. Deliberações

Não houve

XII. Encaminhamentos

Ponto de pauta	Descrição	Responsável
Apresentações, agenda do dia, revisão e atualização de encaminhamentos e deliberações da última reunião	Encaminhamento 1. O FUNBIO deverá apresentar o cronograma de trabalho para os ajustes do Manual Operacional do Programa (MOP), considerando as contribuições do CFT e do MMA.	FUNBIO
	Encaminhamento 2. O Componente ARPA Comunidades deverá dar continuidade às contratações e à execução das ações previstas no pacote de entrada, com apresentação do status de implementação ao CFT na próxima reunião, prevista para dezembro.	FUNBIO
	Encaminhamento 3. O GT de Sustentabilidade Financeira, composto por FUNBIO, MMA e ICMBio, deverá apresentar proposta de estratégia e próximos passos para sua operacionalização na próxima reunião do CFT.	FUNBIO & GT de Sustentabilidade
Governança do Programa - Atualização	Encaminhamento 4. Deverá ser concluída a definição da representação suplente dos doadores pendente no âmbito Comitê do Programa.	CFT
Apresentações: RAPPAM e Modelo de Custos ARPA	Encaminhamento 6. A contratação do Instituto Ekos Brasil deverá prosseguir, com apoio técnico do WWF e participação do MMA e do ICMBio na construção e validação dos produtos da avaliação.	WWF/ICMBio/MMA & FUNBIO
	Encaminhamento 7. O FUNBIO deverá conduzir a revisão do Modelo de Custos e do Modelo Financeiro, com apoio de consultoria especializada, incorporando a atualização do caderno “Quanto Custa uma UC?” como produto da contratação.	FUNBIO & MMA/ICMBio
Revisão do Plano de Consolidação das UCs ARPA	Encaminhamento 8. O MMA, com apoio do FUNBIO, deverá revisar o Plano de Consolidação e apresentar proposta de novo cronograma, contemplando: (i) revisão dos critérios de consolidação; (ii) reavaliação dos marcos referenciais e dos casos passíveis de desligamento; (iii) análise individualizada das UCs, considerando tempo de permanência no Programa, estagnação, retrocessos e execução dos recursos; (iv) cruzamento de informações de reporte apresentadas na FAUC e no sistema SAMGe (v)	SBio-UCP/MMA

	definição das UCs, prazos e condições para consolidação; e (vi) compatibilização das necessidades de revisão dos planos de manejo com o ARPA Comunidades, (vii) relação entre os custos previstos no modelo para Fundo de Transição e o que foi efetivamente executado pelas UCs. Após a definição do novo cronograma, o FUNBIO deverá rodar o modelo financeiro e gerar o fluxo de desembolso para submissão aos gestores das carteiras para avaliação da capacidade de suporte do Fundo de Transição.	
ARPA Comunidades – Reporte de Avanços	Encaminhamento 9: FUNBIO deve elaborar um cronograma de revisão do MOP para compartilhamento com as secretarias do MMA envolvidas na implementação do Componente ARPA Comunidades.	FUNBIO
ARPA Comunidades – Reporte de Avanço	Encaminhamento 10: FUNBIO deve elaborar um cronograma para que o orçamento do planejamento 2027/2028 seja encaminhado para análise do CFT com um mês de antecedência à reunião que será realizada em 08/12/2026.	FUNBIO

XIII. ASSINATURAS

11 de agosto de 2026.

MEMBROS CFT DOADORES INSTITUCIONAIS:

José A Alentejano

José A Alentejano (28/08/2026 11:27:01 ADT)

José Augusto Alentejano

WWF/Brasil

Avecita Chicchon

Avecita Chicchon (28/08/2026 16:30:44 PDT)

Avecita Chicchón

Gordon and Betty Moore Foundation


Adriana Moreira (16/09/2026 12:38:59 ADT)

Adriana Moreira

GEF


Jon Tua (23/09/2026 00:18:57 EDT)

Jon Tua

WWF/US


Carola Griebenow (15/09/2026 20:42:44 ADT)

Carola Griebenow

KfW

MEMBRO DOADOR INDIVÍDUO

Gabriela Weber de Moraes
Gabriela Weber de Moraes (31/08/2026 16:01:25 ADT)

Gabriela Weber

Natura

MEMBRO CFT DO GOVERNO BRASILEIRO:

Rita Mesquita
Rita Mesquita (03/09/2026 19:17:19 ADT)

Rita Mesquita

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

SECRETARIA EXECUTIVA CFT:

Rosa Maria Lemos de Sá

Rosa Maria Lemos de Sá (27/08/2026 19:24:11 ADT)

Rosa Lemos de Sá

Secretaria Geral / FUNBIO